



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(do Sr. Fernando Franciscini)

Requer que seja convocado o Exmo. Sr. Aloísio Mercadante, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, para expor acerca da utilização de material de PVC na construção de escolas, à época de sua gestão à frente do Ministério da Educação.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. Aloísio Mercadante, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, para expor acerca da utilização de material de PVC na construção de escolas, à época de sua gestão à frente do Ministério da Educação.

Para tanto, requeiro ainda seja convidado o Sr. Sérgio Magalhães, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A educação é uma área que carece de planejamento e investimentos por parte do Governo Federal. O futuro da sociedade brasileira depende da atual política implementada na educação a qual terá impacto direto na vida de seus cidadãos.

Entretanto, os investimentos públicos tem que levar em consideração os procedimentos legais previstos para a aquisição de bens e serviços e as demais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

regras de preservação da saúde humana e do meio ambiente. Os compromissos assumidos em campanhas políticas devem não podem justificar a inobservância destas regras.

A construção de escolas utilizando o material conhecido como PVC, apesar de ser um material resistente e que não propaga chamas, este pode ser altamente tóxico caso pegue fogo, além de ser uma construção sem uma base de alvenaria, o que pode não resistir a uma forte chuva ou enxurrada.

Assim é o que diz a reportagem de 14/03/2014 pela revista IstoÉ no site http://www.istoe.com.br/reportagens/352402_AS+CRECHES+DE+PLASTICO?p=athImagens=&path=&actualArea=internalPage. Vejamos abaixo a íntegra da matéria:

As creches de plástico

Para cumprir promessa de entregar seis mil creches até o fim do mandato, governo compra prédios de PVC, uma solução emergencial que pode representar risco às crianças

Josie Jeronimo (josie@istoe.com.br)

A história da educação pública brasileira está repleta de vexames patrocinados por gestores que buscavam saídas fáceis e rápidas para problemas sérios e crônicos. As famosas escolas de lata de São Paulo são um exemplo típico. Com o argumento da economia, há 16 anos o ex-prefeito paulistano Celso Pitta encheu a cidade de colégios feitos de latão. O que seria uma solução se transformou em escândalo investigado pelo Ministério Público e Tribunal de Contas. Marta Suplicy recebeu de Pitta a Prefeitura e não conseguiu acabar com todas as escolas de lata, tema que foi assombrar sua campanha nas eleições de 2008, como evidência de que as crianças pobres seguiam sem acesso decente à educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC



PERIGO

Segundo o Instituto dos Arquitetos do Brasil, construção leve e sem base pode não resistir a fortes chuvas e enxurradas. Apesar de o PVC não ser um propagador de chamas, em caso de incêndio sua fumaça é altamente tóxica



Mesmo com toda a turbulência passada, o PT parece não ter aprendido a lição. O governo volta a recorrer a um método heterodoxo, não testado o suficiente, para cumprir às pressas uma velha promessa eleitoral negligenciada. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff havia se comprometido a entregar seis mil creches aos seus eleitores até o fim do mandato. Como as creches não ficariam prontas até as eleições de 2014, o governo decidiu inventar, substituindo as tradicionais construções de alvenaria por modelos “padronizados”. Em alguns locais, as creches serão feitas com uma mistura de PVC e concreto, mas a maioria das unidades de ensino contratadas desde novembro de 2013 – três mil creches – será feita de placas de plástico incrementadas com uma camada de fibra de vidro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

A chamada técnica “sanduíche” será espalhada por todo o País, sem levar em consideração as diferenças climáticas, de relevo e outras intempéries que atingem um país de dimensões continentais. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apoiou-se apenas em uma norma de qualidade usada em construções de pré-moldados do programa Minha Casa, Minha Vida para autorizar a construção das creches de plástico. Nenhum ensaio de “destruição” foi feito para verificar a durabilidade das unidades de ensino, a resistência ao fogo e as suscetibilidades a condições climáticas comuns no País, como chuvas fortes e enxurradas.

Os problemas que as creches de plásticos poderão apresentar só serão definitivamente conhecidos quando as unidades de ensino estiverem totalmente prontas e em uso. Mas o projeto já desperta preocupações. O TCU e o Instituto dos Arquitetos do Brasil apontam deficiências. A falta de fundações estruturais nas creches pré-fabricadas pode expor as crianças a risco, dependendo da área em que a escola for instalada. Há risco de que o prédio leve e sem base não resista a fortes chuvas, por exemplo. Até mesmo a queda de uma árvore pode ser perigosa. Técnicos alertam que, apesar de o PVC não ser um propagador de chamas, em caso de incêndio sua fumaça é altamente tóxica. “É um equívoco lastimável para um País que quer entrar na roda do desenvolvimento. Criaram um padrão fora das normas para encaixar o programa. Passaram para as prefeituras um problema”, resumiu o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães. Uma das escolas em construção no município de Palmeiras, no Paraná, sofreu incêndio ao ser atingida por um raio. A creche não contava sequer com rede elétrica e teve grande parte de sua estrutura consumida pelo fogo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Apesar de frágeis, as creches de plástico têm custo muito semelhante às de alvenaria. Uma unidade padrão construída pelo método convencional custa R\$ 1 milhão e a do método misto usando PVC, R\$ 900 mil. De acordo com o TCU, o governo não apresentou nenhuma justificativa econômica para a aquisição das creches pré-moldadas. O único critério para mudar o projeto das escolas de alvenaria para as de plástico foi o menor tempo de construção. O Instituto dos Arquitetos do Brasil afirma que foi feita uma escolha política da rapidez em detrimento da qualidade, do conforto e da segurança das crianças. “É um retrocesso. Esse tipo de construção de PVC só vale para casos emergenciais”, afirma Magalhães.



Até o fim de 2013, apenas 1.103 creches da gestão Dilma haviam sido concluídas e outras 4,7 mil estão na fila da burocracia, com obras paralisadas. Mas com a adoção do chamado “método inovador”, a história das três mil novas creches contratadas com recursos do FNDE, no âmbito do programa Proinfância, será bem diferente. As empresas prometem entregar em 60 dias uma creche pré-moldada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Além da polêmica em relação à padronização de um material de qualidade inferior para todo o País, o TCU questionou a concorrência que dividiu entre apenas duas empresas paranaenses R\$ 455 milhões em recursos para erguer as creches em todos os Estados. Empreiteiras que apresentaram método convencional de construção reclamaram que a concorrência foi dirigida, favorecendo a MVC Soluções em Plásticos, empresa que atestou ter experiência em pré-moldados por já ter feito escolas de plástico em Moçambique, Angola e em municípios devastados pelas chuvas na enchente de 2010, em Alagoas. A outra empreiteira que ganhou fatia milionária foi a Casa Alta, de Bauru, que só cresceu no ramo da construção civil ao migrar para o Paraná.

Diante do exposto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de fiscalização das ações do Poder Executivo, além de propiciar ao ex-chefe do Ministério da Educação a oportunidade de esclarecer os fatos acima narrados e justificar os investimentos neste tipo de construção.

Sala das Sessões, em de de 2014

Dep. FERNANDO FRANCISCHINI
Solidariedade / PR